

A ditadura dos vencidos: discursos sobre o medo na cidade do Rio de Janeiro através do Jornal do Commercio, 1835.

Daniel Mandur Thomaz*

Resumo: Este artigo trata de questões referentes ao medo de levantes negros entre as elites políticas do Rio de Janeiro, enfatizando a repercussão do Levante dos Malês, ocorrido na Bahia em 1835, e sua importância para a compreensão das estratégias usadas para a legitimação de diferentes projetos políticos e discursos de poder na Corte Imperial.

Palavras-chave: Medo, Escravidão, Regência.

Abstract: This article aims theoretical questions and methodologic approach on the subject of the fear of slave's rebellion in the scope of the politic elites of Rio de Janeiro, emphasizing the repercussion of Malês rebellion, in the year of 1835, and its importance for the understanding of the strategic legitimation of different politic projects to the State.

Key-words: Fear, Slavery, Regency

Nesse artigo, buscamos apontar algumas questões referentes a repercussão, na imprensa da Corte, do evento conhecido como Revolta dos Malês, ocorrido na Bahia no início de 1835. Sendo assim, aqui não são enfatizados aspectos específicos relacionados ao levante como um objeto de estudo “em si”, mas pretende-se tratar da sua repercussão e discutir questões relativas ao medo de levantes escravos. Além disso, ao longo do artigo, tentaremos empreender discussões para delimitar algumas ferramentas conceituais.

A problemática dos usos políticos do medo, tanto no que se refere ao controle e disciplinalização das relações de sociabilidade como na legitimação de um projeto político, inscrevem-se num contexto maior de exercício de poder. O medo, portanto, é aqui entendido como um efeito de poder, um sinal, um indício que aponta para as relações de força que se desenvolvem nesse momento. Nesse sentido, a escolha das noções desenvolvidas por Michel Foucault parece pertinente, enquanto instrumental teórico, para nos auxiliar na análise de um tema tão complexo quanto instigante.

O medo é tornado objeto na medida em que é reunido em sua dispersão, na medida em que se volta para um sentido coercitivo, mantenedor de hábitos e hierarquias. O medo dá coesão. Legitima ações reativas, dá embasamento à contra-discursividade cujo objetivo é manter a ordem e o bom funcionamento da sociedade. O medo ordena. Ordena porque permite a organização de defesas para a manutenção das coisas nos seus “devidos lugares”.

* Mestrando em História Política da UERJ e Bolsista FAPERJ.

O medo se dirige, sobretudo, ao caos, à desordem, à barbárie, à mudanças bruscas e violentas. Se o medo gera contra discursos – o discurso da retomada da ordem, da conservação do patrimônio e dos privilégios, dos lugares de hierarquia e poder e etc – é porque ele próprio é fruto de uma discursividade. O medo aparece como uma pista possível para o estudo das relações de força nas relações escravistas, e no interior da própria elite política. As precauções metodológicas apontadas por Foucault, são aqui apropriadas como princípios norteadores dessa análise. Nesse sentido, através do medo, através do efeito que sinaliza para a ameaça da ordem e das relações de força constituídas, podemos analisar o poder em sua capilaridade, enfim, em seu caráter local e específico, em “seu alvo, seu campo de aplicação, no ponto em que se implanta e produz seus efeitos (...) (FOUCAULT, 1999: p.45).

O medo, como efeito das relações de poder que se constroem nesse momento, também produz saberes, discursos e leituras sobre os acontecimentos. É através das discussões publicadas no *Jornal do Commercio* que buscamos analisar tais relações. O que se procura fazer aqui é identificar indícios do que estaria se passando na esfera social e política. Dessa forma, o paradigma indiciário constatado por Ginzburg também é de fundamental importância para a construção desse tipo de abordagem. Ginzburg aponta para as pistas (sintomas em Freud, indícios para o *Holms* de Conan Doyle, e signos pictóricos em Morelli), e as vê na história do homem, caçador por milênios, que aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis farejando, registrando, interpretando e classificando pequenos rastros. Para Ginzburg, talvez a própria idéia de narração tenha nascido a partir da experiência da decifração de pistas numa sociedade de caçadores.

Reverberando através da imprensa, o medo vai ganhando eco, se propagando, ganhando um vulto negro e, aos poucos, transformar-se-á em paranóia. Delumeau chama a atenção para o papel dos meios de difusão dos medos, seja através da imprensa, do teatro religioso, das gravuras ou da pregação nas igrejas. Para ele, há uma relação direta entre as ondas de difusão e as campanhas de repressão e perseguição. Delumeau estuda também os rumores surgidos sobre inquietações acumuladas. As projeções paranóicas fazem com que rumores tendam a magnificar os poderes do inimigo, situando-os numa trama diabólica. Além disso, mostra como o impulso do medo pode gerar reações agressivas e de

descontrole. Depois de descrever reações ao nível fisiológico, causadas pelo medo, ele completa:

“Essas evocações da fisiologia individual sem dúvida não são inúteis para compreender os fenômenos coletivos. Como as agressões sofridas pelos grupos poderiam deixar de provocar, sobretudo se se somam ou se repetem com demasiada intensidade, mobilizações de energia? E estas devem logicamente traduzir-se ou por pânicos, ou por revoltas, ou, se não resultam em exteriorizações imediatas, pela instalação de um clima de ansiedade, ou até de neurose, ele próprio capaz de mais tarde levar a explosões violentas ou perseguições de bodes expiatórios”(DELUMEAU, 1989: p.78).

O Jornal do Commercio figura como uma fonte preciosa para a análise dos discursos e dos embates entre projetos de poder que precisavam se firmar e legitimar na década de 1830, momento de instabilidade política e administrativa. Definido como uma espécie de “diário oficial do período”, o Jornal do Commercio parece ter destaque como grande mídia da época “para uma sociedade que estava numa espécie posição proto-estatística”(FERREIRA, 2002: p.23), nos dizeres de Tânia Bessone, e peça chave na compreensão da vida pública e privada.

O jornal aparece como veículo difusor de toda uma escala de valores e de discursos de uma época na medida em que tem como finalidade a veiculação e expressão de idéias e acontecimentos, ou discursos sobre os acontecimentos, tornando-os públicos, o que faz do jornal uma mídia extremamente engajada nas mudanças ocorridas na sociedade e no imaginário de uma época. Quando o tema sensibiliza a opinião pública os periódicos se vêem compelidos a dar maior divulgação e, dessa forma, noticiam assuntos que refletem, de uma forma ou de outra, os interesses dos leitores.

O crescimento da cidade do Rio de Janeiro, no momento em que temos em vista, liga-se ao surto cafeeiro, e às funções que desempenhava com mais intensidade na medida em que se estabelecia como centro de irradiação político-administrativa. Segundo nos informa Ilmar de Mattos, dos 124.978 habitantes em 1830, “89.293 viviam nas freguesias urbanas – isto é, na cidade, no sentido estrito do termo – e o restante nas freguesias suburbanas”(MATOS, 1987: p.88).¹ Esses números irão mudar para 134.078 habitantes em 1838, dos quais 57% eram homens livres e 42,7%, escravos. Do total de escravos, 63,5%

¹ Os dados percentuais apresentados na seqüência, também se encontram nessa referência.

viviam na cidade e 36,5% estavam ocupados em atividades nos subúrbios. A população, permanecia habitando uma “cidade feia, que pouco diferia da sede colonial”.

O negro é figura presente em toda parte, e a contrapartida disso é que a cidade se sentia ameaçada. Marilene Rosa explicita bem isso, quando afirma que “o escravo urbano, deixado a maior parte do tempo a si mesmo, vendendo livremente nas ruas, (...) era considerado um perigo que a imprevidência de toda a população urbana, que vivia as suas custas, estava fomentando”(SILVA,2000: p.23).

O sistema policial nascido da crise de 1831, que culminou com a abdicação, se firmou na rotina de vigilância e repressão do comportamento das ordens sociais inferiores, ampliando e aperfeiçoando a missão iniciada pela Intendência Geral e pela Guarda Real de polícia em 1808/09. Vigilância, controle, repressão frutos da insegurança, do medo e da conseqüente busca pela ordem e disciplina. O Rio de Janeiro era, então, um terreno fértil para o medo.

Revoltas negras na Bahia não eram exatamente uma novidade, já que existiu quase uma tradição de pequenas revoltas envolvendo escravos urbanos em 1807,1809,1826,1827,1828 e 1830. No entanto, o que chocou a população branca foi a capacidade de articulação conseguida em 1835, e também o fato do levante ter sido planejado com relativa antecedência e grande argúcia pelos escravos islamizados das etnias nagô e haussá. O fato desses negros possuírem, além de uma religião considerada bastante exótica no período, domínio sobre a leitura, a escrita e o fato de terem planejado cuidadosamente o levante assustou bastante os dirigentes baianos e teve forte repercussão na Corte imperial. Além disso, sobretudo pela violência e articulação, o levante Male fez lembrar muito a revolta negra ocorrida no Haiti em fins do XVIII, o que concorreu para excitar ainda mais a imaginação e os temores dos senhores.

O medo e a insegurança, que se transformaram em uma espécie de paranóia generalizada, são assim ilustrados por Ilmar de Mattos:

“ Insurreições reais confundiam-se com levantes imaginários. José Vieira Fazenda relata que em certa ocasião do período regencial “um boato horrível circulou”: Teria sido fundada uma Sociedade Gregoriana para o assassinato de pessoas brancas, à semelhança do que se passara anos antes em São Domingos.”(MATOS, 1987: p.86)

O fato é que, reais ou imaginários, os movimentos de rebelião escrava contavam entre os grandes temores sociais da época, e revelam, além disso, que as repercussões da Revolução do Haiti, em fins do século XVIII, ainda ecoavam nas mentes dos homens brancos e nas ruas da cidade, potencializando, dessa forma, o conseqüente medo de “haitianismos” que elas fomentavam. Os inúmeros escritos em árabe achados com os revoltosos baianos, como trechos do Alcorão, rezas e amuletos contendo versos corânicos e figuras cabalísticas, ajudavam na construção dessa ambiência geral de medo e paranóia.

O grande medo de levantes negros, que poderiam ser tramados e executados na Corte imperial como um prolongamento do levante ocorrido na Bahia, decisivamente acentuado pelas notícias do ocorrido anos antes no Haiti, foi um grande fator de ruptura do equilíbrio tenso entre os temores negros e senhoriais e o que provocou alguns abalos no equilíbrio dinâmico que sustentava o sistema escravista, gerando intensos debates sobre a sua validade ou não. Esse abalo gerou, sobretudo, um forte refluxo de violência e repressão que determinou medidas legais e projetos políticos que visavam aumentar o controle não só sobre os escravos, mas sobre todos os “homens de cor”, num processo de racialização do discurso da ordem. Nota-se aqui, um arrefecimento do “terror senhorial”.

A revolta Male, juntamente com as demais revoltas regenciais, acabará por gerar um zona de controle máximo, caracterizada pelo arrefecimento da repressão senhorial contra o elemento negro. Para me referir a essa situação de medo e paranóia generalizada, que foi usada para justificar as ações repressivas, achei por bem sugerir a noção de zona de tensão permanente. Essa zona de tensão, gerada sobretudo a partir do levante Male, foi muito bem administrada por parte da elite política brasileira, que aproveitou competentemente a atmosfera geral de medo e apreensão para legitimar o projeto político conservador, regressista.

Segundo Thomas Flory, a grande vítima da revolta escrava baiana teria sido a discussão, até então aberta, sobre o preconceito racial e o uso inflamado de epítetos raciais como um meio de ataque político. Ele aponta para o fato de que, após as notícias sobre o Levante dos Malês, “os brancos e, sem dúvida, os mulatos, cerraram fileiras em oposição a formas mesmo mais suaves de afirmação racial, que agora pareciam ter o potencial de destruir a sociedade como um todo”(FLORY,1977: p.216). João José Reis, na mesma direção, afirma que a repercussão do Levante gera uma maior intolerância às dissidências

políticas e a um maior controle das classes subalternas. Nesse sentido, o trabalho de Márcia Gonçalves sustenta também essa hipótese:

(...) os regressistas se valeram, em larga escala, de uma atitude cautelara justificada também a partir da nomeação e da exacerbação de medos políticos específicos, associados diretamente à identificação de ameaças à autoridade do Estado, à integridade territorial do Império, às propriedades e monopólios da “boa sociedade, às hierarquias entre povo, plebe e escravos. Nessa ótica, ser virtuoso era ser cauteloso e, dessa forma, tratar o medo como instrumento de manutenção da ordem e de conciliação entre conservação e progresso.”(GONÇALVES, 1995: p.116)

O medo das revoltas e da desordem dispara entre a facção mais conservadora da elite política a retórica da restrição de direitos e o clamor por maior atuação repressiva da força policial. O que caracteriza um discurso que clama por menos liberdade, para as dissidências políticas, e mais repressão, contra o elemento negro. Assim, a insurreição negra da Bahia é um acontecimento que desperta medo e, acima de tudo, discursos sobre o medo, que como vimos ocultam projetos políticos e detonam o gatilho da reação senhorial.

A idéia de zona de tensão permanente refere-se exatamente a atmosfera de medo e tensão que se segue a embates diretos com o poder instituído, atmosfera essa que geralmente é administrada de forma a justificar fortes reflexos de violência repressiva. Geralmente associada ao discurso da “ordem” que se busca manter, esse tipo de fenômeno histórico-social tende a gerar uma exaltação dos ânimos capaz de justificar perseguições políticas, leis repressivas e discriminatórias e violências inimagináveis em tempos de relativa estabilidade política e social.

Parece que, no caso da repercussão do levante Male, a zona de tensão permanente que se produz, gerando medos e movimentos de refluxo repressivo, é fruto de uma ruptura, da quebra de uma interdição. Foucault defende que os discursos devem ser tratados como conjuntos de acontecimentos discursivos. Nesse sentido, o que se propõe tratar não são as representações que podem haver por de trás do discurso, mas sim esses discursos como “séries regulares e distintas de acontecimentos”. O discurso entendido não como representação mas como um acontecimento é “capaz de introduzir na raiz mesma do pensamento o acaso, o descontínuo e a materialidade”(FOUCAULT, 1996: p.34). Podemos buscar, nesse discurso, um “conjunto crítico”, onde se procurará “cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação e mostrar como se formaram, para responder a que necessidades”(Idem) . A análise dos discursos produzidos sobre o levante Malê nos revela

que a zona de tensão permanente que aflora a partir de tal levante é fruto, sobretudo, da ruptura de uma interdição construída historicamente a respeito do negro. A idéia de que o negro era despossuído de inteligência e capacidade racional. As ações de resistência negra até então, parecem ter sido sempre explicadas pelo seu caráter bárbaro e selvagem, pela sua indolência e imoralidade natural, fruto de seus hábitos primitivos e de sua inferioridade. Movido por impulsos lascivos e desconhecendo as regras da civilização e da boa sociedade, o negro era inteiramente destituído da possibilidade de elaborar idéias claras e lógicas. Através dos séculos de escravidão, construiu-se uma interdição discursiva sobre a capacidade lógica e a racionalidade do elemento negro, uma interdição lógica. Tal interdição legitimava sua escravidão e o uso indiscriminado de sua força de trabalho nas lavouras, fruto de sua bestialidade. A interdição lógica imposta ao elemento negro era, sobretudo, uma estratégia de coisificação, que retirava do escravo a humanidade que é associada à capacidade de raciocínio lógico, desumanizando esse indivíduo e tornando possível o argumento de sua inferioridade.

O relatório do chefe de polícia baiano é bastante extenso e sua publicação na íntegra, por si só, já dá uma idéia da importância que a linha editorial do Jornal do Commercio dava ao conteúdo e a gravidade das notícias por ele veiculadas. Depois da descrição detalhada de como a autoridade policial local desbaratou o levante, assumindo aí uma forma narrativa e prestando contas de como os insurgentes ganham as ruas da cidade, o chefe de polícia Francisco Gomes Martins acrescenta:

“(...)Tem sido dadas por mim as providencias necessárias, para serem corridas todas as casas de Africanos, sem distincção alguma, e o resultado será presente a V. Ex. em tempo competente; podendo desde já asseverar a V. Ex. que a insurreição estava tramada de muito tempo, com hum segredo inviolável, e debaixo de hum plano superior ao que devíamos esperar de sua brutalidade e ignorância. Em geral vão quase todos sabendo ler e escrever em caracteres desconhecidos, se assemelham ao Árabe (...) Existem mestres que dão lições, e travão de organizar a insurreição, na qual entravão muitos forros Africanos, e até ricos.”²

O espanto de chefe de polícia frente à articulação que envolveu o levante Male, exprime justamente o embate entre o discurso de interdição à racionalidade negra e a constatação crassa de que o levante baiano foi fruto de uma organização hábil que exigia

² Jornal do Commercio, nº31 (10.2.1835)

uma racionalidade superior. Aqui, verifica-se o choque entre o interdito e o constatado, ou seja, a interdição discursiva precisa render-se ao inelutável peso da constatação empírica. Assim, o discurso do chefe de polícia baiano, trás em si uma ruptura, a quebra de uma interdição.

É claro que a propagação do medo só foi possível porque o Rio de Janeiro era cheio de contradições e desigualdades, como ainda continua sendo. O medo e os discursos sobre o temor, foram semeados em um campo fértil. A maciça presença negra, as discussões e tensões internas ao mundo do governo, as convulsões políticas e sociais. Tudo isso estava presente na cidade, na Corte do Império.

BIBLIOGRAFIA:

- BAY, Hakim. TAZ: zona autônoma temporária. São Paulo: Conrad, 2001
- CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.
- DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente. 1300-1800. São Paulo: Companhia da Letras. 1989.
- FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. O Jornal do Commercio: o Público e o Privado Refletidos na Vida Cultural do Rio de Janeiro. Colóquio História e Imprensa(1997: Rio de Janeiro) In História e imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho- 100 anos: anais do colóquio/ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, Marco Morel, organização. –Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.
- FLORY, Thomas. *Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-1871: Social Control and Political Stability in the New State*. Austin/Londres: University of Texas Press, 1981.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Edições Loyola: São Paulo, 1996
- GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras. 1991
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. Ânimos Temoratos: Uma leitura dos medos sociais na Corte no tempo das Regências. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1995.
- HOLLOWAY, Thomas H., Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- PECHMAN, Robert Moses. Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835/ João José Reis. –Edição revista e ampliada –São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. Negro na Rua- A Nova Face da escravidão. São Paulo: Hucitec, 1988.

